



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

NITERÓI - RJ

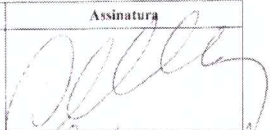





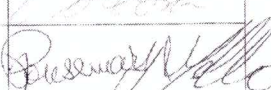


2018

**PARECER APROBATÓRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO
DE 2018**

Em reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2017, os membros do Conselho de Administração da Niterói Prev – Autarquia Municipal Gestora da Previdência Social do Município de Niterói – RJ, reuniram-se para o exame, apreciação e aprovação da Política de Investimentos dos recursos previdenciários, do Fundo Previdenciário do RPPS, para vigor no exercício de 2018, em atendimento ao comando normativo da Portaria MPS 204/2008, alterada pela Portaria MF nº 01/2017.

Os membros do Conselho, presentes ao ato, aprovaram por unanimidade de votos, a Política de Investimentos apresentada pelo Comitê de Investimentos – COMIN, para o exercício de 2018.

Niterói-RJ, em 11 de dezembro de 2017.

Nome	CPF	Assinatura
MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ	155.015.827-91	
ARTHUR MELLO CEZAR DA ROCHA	793.809.807-87	
PABLO VILLARIM GONÇALVES	079.107.597-46	
FABIANO GONÇALVES	026.526.307-76	
MICHEL NUNES MIDLEJ MARON	085.322.447-18	
SOLANGE NAZARE CORREA ASSUMPÇÃO	455.094.927-91	
CONRADO PACHECO BARBOSA	056.994.187-33	
ROUSEMARY CASTILHO DE MELLO	676.997.587-49	
RUBENS CARRILHO FERNANDES	413.856.167-68	

**POLITICA DE INVESTIMENTOS
PARA
O EXERCÍCIO DE 2018**

1. Ente - PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

1.1. Dados do Ente

- 1.1.1. Endereço: Rua Visconde de Sepetiba nº 987
- 1.1.2. Bairro: Centro
- 1.1.3. CEP: 24.020-206
- 1.1.4. E-mail: prefeitura@niteroi.rj.gov.br
- 1.1.5. Telefone: (21) 2620-0403

1.2. Dados do Representante Legal do Ente

- 1.2.1. CPF: 072.906.237-62
- 1.2.2. Nome: RODRIGO NEVES BARRETO
- 1.2.3. Cargo: Prefeito
- 1.2.4. E-mail: prefeitura@niteroi.rj.gov.br
- 1.2.5. Telefone: (21) 2620-0403
- 1.2.6. Dados Início Gestão: 01.01.2017

2. Unidade Gestora

2.1. Dados da Unidade Gestora

- 2.1.1. CNPJ: 28.543.098/0001-42
- 2.1.2. Razão Social: NITERÓI PREV
- 2.1.3. Legislação Municipal: Lei nº 2.288, de 29/12/2005
- 2.1.4. Endereço: Rua da Conceição nº 195
- 2.1.5. Bairro: Centro
- 2.1.6. CEP: 24.020-086
- 2.1.7. E-mail: pres.nitprev@gmail.com
- 2.1.8. Telefone: (21) 2613-8956
- 2.1.9. Natureza Jurídica: Autarquia Municipal

2.2. Dados do Representante Legal da Unidade Gestora

- 2.2.1. CPF: 155.015.527-91
- 2.2.2. Nome: MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ
- 2.2.3. Cargo: Presidente
- 2.2.4. Data Início Gestão: 01.01.2017
- 2.2.5. E-mail: Moacir.nitprev@gmail.com
- 2.2.6. Telefone: (21) 2613-8956
- 2.2.7. Tipo de Vínculo: Cargo Comissionado

3. Governança

3.1. Gestão dos Recursos do RPPS

3.1.1. Identificação do Gestor

MANOEL MOREIRA FILHO – CPF: 390.719.447-00 – Servidor Efetivo, lotado na Niterói Prev – Nomeado pela Portaria nº 93, datada de 03.02.2017 – CPA 10 – Certificado pela AMBIMA em 22.10.2017, com validade até 22.10.2020.

3.2. Colegiado Deliberativo do RPPS

3.2.1. Conselho de Administração

MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ – CPF: 155.015.827-91 – Cargo Comissionado – Niterói Prev – Presidente – Nomeado por meio da Portaria nº 46/17, de 03 de janeiro de 2017; designado para Presidente do Conselho de Administração nos termos do inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

PABLO VILLARIM GONÇALVES – CPF: 079.107.597-46 – Cargo Comissionado – Secretaria Municipal de Fazenda – Secretário – Nomeado por meio da Portaria nº 1.561/17, de 11 de maio de 2017; designado como membro do Conselho de Administração, para o biênio 2017/2018, nos termos do inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29 de dezembro de 2005.

FABIANO GONÇALVES – CPF: 026.526.307-76 – Cargo Comissionado – Secretaria Municipal de Administração – Secretário – Nomeado por meio da Portaria nº 34/17, de 3 de janeiro de 2017; designado como membro do Conselho de Administração, para o biênio 2017/2018, nos termos do inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29 de dezembro de 2005.

CARLOS RAPOSO – CPF: 889.610.367-34 – Cargo Comissionado – Procuradoria Geral do Município de Niterói – Procurador – Nomeado por meio da Portaria nº 45/17, de 03 de janeiro de 2017; designado como membro do Conselho de Administração, para o biênio 2017/2018, nos termos do inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29 de dezembro de 2005.

ARTHUR MELLO CEZAR DA ROCHA – CPF: 793.809.807-87 – Servidor Efetivo, lotado na Niterói Prev – designado como membro do Conselho de Administração, para o biênio 2017/2018, nos termos do inciso IV, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29 de dezembro de 2005.

CONRADO PACHECO BARBOSA – CPF: 056.994.187-33 – Servidor Efetivo, lotado na Niterói Prev – designado como membro do Conselho de Administração, para o biênio 2017/2018, nos termos do inciso IV, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29 de dezembro de 2005.

SOLANGE NAZARE C. ASSUMPÇÃO – CPF: 455.094.927-91 – Servidora Aposentada pela PMN – designada como membro do Conselho de Administração, para o biênio 2017/2018, nos termos do inciso V, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29 de dezembro de 2005.

ROUSEMARY CASTILHO DE MELLO – CPF: 676.997.587-49 – Servidora Aposentada, pela PMN – designada como membro do Conselho de Administração, para o biênio 2017/2018, nos termos do inciso V, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29 de dezembro de 2005.

RUBENS CARRILHO FERNANDES – CPF: 413.856.167-68 – Servidor Efetivo, lotado na Câmara Municipal de Niterói – designado como membro do Conselho de Administração, para o biênio 2017/2018, nos termos do inciso III, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29 de dezembro de 2005.

3.3. Comitê de Investimentos do RPPS

3.3.1. Composição do Comitê de Investimentos (COMIN)

MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ – CPF: 155.015.827-91 – Cargo Comissionado – Niterói Prev – Presidente – Nomeado por meio da Portaria nº 46/17, de 3 de janeiro de 2017; designado como membro do COMIN nos termos do inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 11.413, de 7 de junho de 2013.

SARITA BORGES VIANNA ROCHA, CPF: 784.020.267-53 – Cargo Comissionado – Chefe de Gabinete da Niterói Prev – nomeada por meio da Portaria nº 125/17, de 5 de março de 2017; designada como membro do COMIN nos termos do inciso II, do Art. 2º do Decreto nº 11.413, de 7 de junho de 2013;

ADMIR BONGARTHNER – CPF 549.174.688-68 – Cargo Comissionado – Diretor de Finanças do Niterói Prev – nomeado por meio da Portaria nº 77/17, de 04 de janeiro de 2017; designado como membro do COMIN nos termos do inciso III, do Art. 2º do Decreto nº 11.413, de 7 de junho de 2013;

MARCILIO FARIA DA COSTA, CPF: 355.184.057-15 - Cargo Comissionado – Chefe do Departamento de Riscos Operacionais do Niterói Prev – nomeado por meio da Portaria nº 127/17, de 06 de março de 2017; designado como membro do COMIN nos termos do inciso IV, do Art. 2º do Decreto nº 11.413, de 7 de junho de 2013;

CRISTIANE MARA RODRIGUES MARCELINO – CPF: 001.503.907-26 – Cargo Comissionada – Subsecretária de Controle Interno – Representante da Secretaria de Planejamento, Controle e Modernização da Gestão, nomeada por meio da Portaria nº 70/17, datado de 6 de janeiro de 2017, designada como membro do COMIN nos termos do inciso V, do Art. 2º do Decreto nº 11.413, de 7 de junho de 2013;

FABIANO GONÇALVES – CPF: 026.526.307-76 - Cargo Comissionado – Secretário de Administração – Nomeado por meio da Portaria nº 34/17, de 3 de janeiro de 2017. Representante da Secretaria Municipal de Administração, designado como membro do COMIN nos termos do inciso VI, do Art. 2º do Decreto nº 11.413, de 7 de junho de 2013

MANOEL MOREIRA FILHO – CPF: 390.719.447-00 – Gestor dos Recursos Previdenciários do RPPS, nomeado por meio da Portaria nº 93/17, de 3 de janeiro de 2017. Servidor Efetivo da Autarquia designado como membro do COMIN nos termos do inciso VII, do Art. 2º do Decreto nº 11.413, de 7 de junho de 2013

4. Identificação da Política de Investimentos

4.1. Elaboração da Política de Investimentos

- 4.1.1. Data da Elaboração: 4 de outubro de 2017 (início).
- 4.1.2. Responsável pela Elaboração: Membros do Comitê de Investimentos

4.2. Aprovação da Política de Investimentos

- 4.2.1. Pelo Conselho de Administração da Niterói Prev: em 11 de dezembro de 2017.
- 4.2.2. Pelo Comitê de Investimentos do RPPS: em 7 de dezembro de 2017.

4.3. Divulgação da Política de Investimentos

- 4.3.1. Forma de Divulgação: No sítio da Niterói Prev
- 4.3.2. Data da Publicação: segunda quinzena do mês de dezembro de 2017.

5. Meta de Rentabilidade

- 5.1. Índice de Referência: IPCA
- 5.2. Justificativa de escolha do indexador: por se tratar de índice adotado pelo Ente Federativo para a condução da sua política de reajuste salarial.
- 5.3. Meta Atuarial: IPCA + 6% a.a.

6. OBJETIVOS

A presente Política de Investimentos (PI), estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos do regime previdenciário.

Na montagem deste documento foram observadas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS, com foco na Resolução CMN nº 3.922/10 e suas alterações nos termos da Resolução CMN nº 4.392/2014, atendendo as disposições da Portaria MPS nº 519/2011 e, também, considerados os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

A Política de Investimentos traz em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de renda fixa e renda variável, em consonância com a legislação vigente.

Além destes limites, as vedações específicas têm o condão de oferecer ao gestor e membros do Comitê de Investimentos as melhores orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS.

A vigência desta política compreende o período entre o dia 01 de janeiro de 2018 a

31 de dezembro de 2018.

A presente Política de Investimentos 2018, consigna que:

- As alocações em produtos e ativos buscarão obter resultados compatíveis à meta atuarial e risco adequado ao perfil do RPPS;

- O processo de investimento será decidido pelo **Gestor dos Recursos Previdenciários** e pelo Comitê de Investimentos, baseado nos relatórios de análise de produtos, para a tomada de decisão acerca das alocações;

- O RPPS, dentre outros princípios que norteiam as boas práticas administrativas, a ser observada por todo servidor público, dará ênfase aos princípios - **ética e transparência** - na gestão dos investimentos tomando como referência, principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política, na Resolução CMN nº 3.922/10 e suas alterações, e na Portaria MPS nº 519/2011.

7. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DOS RECURSOS

A gestão dos recursos do RPPS envolve: o Conselho de Administração da Niterói Prev, o Gestor dos Recursos Previdenciários da Niterói Prev, e o Comitê de Investimentos.

No que diz respeito à elaboração e implementação da Política de Investimentos, cada um dos envolvidos possui a(s) seguinte(s) competência(s):

7.1 Conselho de Administração

Aprovar a Política de Investimentos, e suas alterações, com base na legislação vigente.

7.2 Gestor de Recursos

a) Executar as diretrizes definidas na Política de Investimentos quanto às alocações dos recursos do regime previdenciário de acordo com os limites aprovados, com o concurso do Comitê de Investimentos;

b) Apreçar os cenários econômico-financeiros de curto, médio e longo prazo e adotar medidas de adequação da carteira em razão destes, com o concurso do Comitê de Investimentos;

c) Executar, em conjunto com o Comitê de Investimentos, as estratégias de alocação dos recursos financeiros do regime previdenciário em consonância com a Política de Investimentos e Resolução nº 3.922/2010 e suas alterações, visando o cumprimento da meta atuarial;

d) Propor, em conjunto com o Comitê de Investimentos, possíveis alterações da Política de Investimentos dos recursos do regime previdenciário, submetendo-as ao Conselho de Administração da Niterói Prev, para aprovação;

e) Analisar, em conjunto com o Comitê de Investimentos, a aplicação em novas instituições financeiras;

f) Analisar, em conjunto com o Comitê de Investimentos, as taxas de juros, de administração e de desempenho das aplicações existentes e as que vierem ser realizadas; e

g) zelar para que os recursos sejam aplicados nas instituições credenciadas junto à Niterói Prev.

7.3 Comitê de Investimentos

a) Propor, em conjunto com o Gestor de Recursos, as estratégias de alocação dos recursos financeiros do regime previdenciário em consonância com a Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, visando o cumprimento da meta atuarial;

b) Sugerir, em conjunto com o Gestor de Recursos, as alterações da Política de Investimentos dos recursos do regime previdenciário, submetendo-as Conselho de Administração da Niterói Prev, para aprovação;

c) Apreçar os cenários econômico-financeiros de curto, médio e longo prazo, e emitir parecer a respeito dos mesmos;

d) Observar, em conjunto com o Gestor de Recursos, a aplicação dos limites de alocações de acordo com a Política de Investimentos e as normas do CMN;

e) Analisar, em conjunto com o Gestor de Recursos, a aplicação em novas instituições financeiras;

f) Analisar, em conjunto com o Gestor de Recursos, as taxas de juros, de administração e de desempenho das aplicações existentes e as que vierem ser realizadas;

g) Fornecer subsídios para a Comissão Permanente de Credenciamento, com vistas a propiciar adequada avaliação de cada instituição credenciante, bem como, se for o caso, a recomendação para o cancelamento de credenciamento, respeitado o devido processo administrativo, com ênfase no exercício do contraditório e ampla defesa; e

h) Propor, em conjunto com o Gestor de Recursos, se necessária, a revisão da Política de Investimentos ao Regime Próprio de Previdência Social, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

8. CENÁRIO ECONÔMICO

8.1 Cenário Macroeconômico

8.1.1 - Economia Internacional:

O crescimento do PIB dos Estados Unidos foi de 3,0% anualizado no terceiro trimestre do ano, acima das expectativas. A taxa de desemprego manteve a tendência de queda ao recuar para 4,1%, ante 4,2%, em setembro.

O presidente Trump anunciou que Jerome Powell será o novo presidente do FED. Powell substituirá Janet Yellen, cujo mandato termina em fevereiro de 2018. Acreditamos que

a indicação de Powell significa a continuidade, tirando o risco de um estrago que a mudança na condução do FED poderia ocasionar nos preços dos ativos mundiais.

Na Europa, o Banco Central Europeu, em linha com o esperado, decidiu reduzir o volume médio de compra mensal de ativos para 30 bilhões de euros (ante os 60 bilhões de euros atuais) por um período de nove meses, com início em janeiro de 2018.

Não menos importante a ser considerado e acompanhado, são as fortes influências decorrentes da instabilidade política/militar, a exemplo da "aparente animosidade" entre os Estados Unidos da América e a Coreia do Norte, cujos desdobramentos poderão mudar substancialmente as tendências macroeconômicas, consideradas até então.

8.1.2 - Economia Nacional:

No Brasil os eventos não econômicos estiveram em foco. O ano teve encaminhamento de denúncias contra o Presidente da República, feita pela Procuradoria Geral da República (PGR). Com a divulgação de áudios, anulação de acordo de delação premiada, e, posteriormente, a troca de comando na PGR.

O desenvolvimento do quadro político levou o governo a sinalizar a possibilidade de retomar a discussão da reforma da Previdência em outubro. No entanto, a tramitação do projeto esbarra no prazo apertado do calendário do Legislativo, já que a invalidação da delação não impediu o encaminhamento da denúncia à Câmara dos Deputados. No início de setembro, o Senado aprovou a MP777/17, que cria TLP (Taxa de Longo Prazo) para contratos do BNDES. A medida faz parte do pacote de reformas estruturais que permitirá a redução dos juros de longo prazo no Brasil. A nova taxa substituirá a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e começará a ser adotada a partir de JAN/18. A TLP será composta pela variação do IPCA e por uma taxa de juros prefixada definida na contratação do financiamento.

No âmbito fiscal, o governo pretende reduzir os custos do Tesouro Nacional com subsídios. Enquanto a taxa recém aprovada não entra em vigor, o Conselho Monetário Nacional manteve a TJLP do 4T17 em 7,00% ao ano. Também em setembro, o congresso concluiu a votação que altera a meta fiscal do Governo Central para 2017 de - R\$ 139 bilhões para - R\$ 159 bilhões e para 2018 a previsão de déficit do governo subiu de - R\$ 129 bilhões para - R\$ 159 bilhões.

O governo em seu esforço para conseguir cumprir a meta fiscal, arrecadou R\$ 16 bilhões com os leilões de concessões das hidrelétricas da Cemig, e de campos de exploração de petróleo. Por fim, diante da conjuntura favorável, o BCB reduziu a Selic de 9,25% para 8,25%. **É esperada a redução no ritmo de corte da Selic nesta etapa final de ciclo de juros.**

8.2 - Mercado Financeiro:

O IRF foi novamente positivo para o mercado de renda fixa local. A queda na expectativa para a taxa SELIC ao final deste ano fez os ativos prefixados se valorizarem. O principal evento que deu suporte à esse movimento foi a continuidade da queda na inflação corrente tanto no varejo quanto no atacado.

Para a família IMA-B curva de NTN-B apresentou movimento de queda semelhante ao observado na curva prefixada, onde os vencimentos mais curtos registraram maiores baixas em níveis de taxas quando comparados aos vencimentos mais longos.

O ambiente benigno da inflação corrente colaborou para o fechamento da inflação implícita no período (as NTN-B apresentaram performance relativa inferior que os títulos prefixados). As LFTs apresentaram mais um mês de valorização, sendo favorecidos pela boa demanda nos leilões.

8.3 Perspectivas para 2018

O cenário para o ano de 2018 será de muita instabilidade em função do ano eleitoral. Conforme o lançamento dos candidatos presidenciais o mercado ditará o rumo a ser tomado. Este ano o comportamento favorável dos preços levou a inflação apresentar forte queda com expectativa do IPCA fechar o ano abaixo de 3% e para o próximo ano igual ou superior a 3%. O ciclo de queda na taxa SELIC continua até o fim de 2017, Para o ano de 2018, a atenção deverá ser voltada para recomposição da inflação, o que provocará o encerramento do ciclo da queda dos juros.

9. META DE RENTABILIDADE PARA 2018

Em consonância com a necessidade de se manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário, combinado com a análise prospectiva do Cenário Econômico para ano de 2018, o Comitê de Investimento estabelece como meta atuarial o resultado da combinação Índice + taxa de juros reais, ou seja – IPCA + 6% a.a.

10. MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente, sem interferência de agentes externos, a Niterói Prev adotou o modelo de gestão próprio para gerir os recursos do Fundo Previdenciário, nos termos do contido no § 1º, do inciso I, do art. 15, da Resolução nº 3.922/10 do Conselho Monetário Nacional.

11. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Os cenários e projeções econômicas para o ano de 2018 exigem que o RPPS, a fim de cumprir com seu objetivo de rentabilidade atue de maneira dinâmica aproveitando da melhor

maneira as oportunidades existentes no mercado financeiro. Desta forma, a estratégia de investimento e desinvestimento levará em consideração dois aspectos: a **expectativa de rentabilidade**, e os **riscos associados aos produtos**.

A partir da análise do cenário macroeconômico de curto e médio prazo, da avaliação dos riscos e das possibilidades de retorno, o Gestor de Recursos do RPPS efetuará os investimentos ou desinvestimentos dentre as diferentes classes de ativos, em conjunto com o Comitê de Investimentos.

Todavia, os recursos recebidos no período compreendido entre as reuniões do Comitê de investimentos, serão aplicados em produtos onde o regime previdenciário já possua investimentos anteriores e, preferencialmente, nas mesmas instituições financeiras que receba os recursos. Tais atos deverão ser analisados pelo Comitê de Investimentos, na primeira reunião do Comitê de Investimentos.

Os investimentos serão definidos pelo **gestor dos recursos previdenciários**, com base nas metodologias utilizadas internamente pela instituição administradora de recursos, as quais deverão observar os princípios estabelecidos pela Resolução nº. 3.922/2010, e suas alterações.

Com vistas a propiciar a segurança e mitigar os riscos inerentes ao negócio, o gestor de recursos do Fundo de Previdenciário da Niterói Prev, deverá priorizar alocação de recursos em investimentos referenciados em CDI, IDKA2, IRF-M1, IMA-B5, em fundos multimercado e fundos referenciados em índices de renda variável, a fim de que a meta atuarial para 2018 possa ser atingida, e cuja projeção está desenhada com base na expectativa de inflação, na ordem de 4,16% (quatro vírgula dezesseis pontos percentuais) no curto prazo e 4,0% (quatro ponto zero pontos percentuais) no médio prazo, para o exercício de 2018, conforme relatório Focus – Banco Central em 01/12/2017.

12. ESTRUTURAS E LIMITES

A Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, estabelece que os recursos sejam alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Imóveis.

Neste sentido, cumprindo com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional as aplicações do RPPS serão alocadas, nos segmentos de Renda Fixa e Variável, obedecendo aos seguintes limites:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	Limites			
	Resolução 3.922	Mínimo	Alvo	Máximo
Renda Fixa	100%	0%	100%	100%
I (a) - Títulos Públicos Federais	100%	6%	0%	0%
I (b) - Cotas de Fundos de Investimentos exclusivamente TIFN	100%	0%	77,76%	100%

II - Operações compromissadas	15%	0%	0%	0%
III - Cotas de Fundos de Investimentos classificados como Renda Fixa ou Referenciados em IMA ou IDKA	80%	0%	0%	80%
IV - Cotas de Fundos de Investimentos classificados como Renda Fixa ou Referenciados em indicadores de renda fixa	30%	0%	22,10%	30%
V - Depósitos em Poupança	20%	0%	0%	0%
VI - Cotas de Fundos Investimentos em Direitos Creditórios - Abertos	15%	0%	0%	0%
VII (a) - Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - Fechados	5%	0%	0%	0%
VII (b) - Cotas de Fundos de Renda Fixa ou Referenciados - Crédito Privado	5%	0%	0%	5%
Renda Variável	30%	0%	5%	0%
I - Cotas de Fundos de Investimento Referenciados em Ações	30%	0%	0%	0%
II - Cotas de Fundos de Investimentos em fundos de índice de Ações	20%	0%	0%	10%
III - Cotas de fundos de Investimentos em Ações	15%	0%	0%	10%
IV - Cotas de Fundos de Investimentos Multimercados	5%	0%	0%	5%
V - Cotas de Fundo de Investimentos em Participações	5%	0%	0%	0%
VI - Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	0%	0,14%	5%

13. VEDAÇÕES

13.1 Gerais

Os recursos do regime previdenciário serão aplicados em conformidade com a Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e as disposições desta Política de Investimentos, não sendo facultado/possível ao gestor:

- Adquirir títulos públicos federais que não sejam registrados no sistema SELIC;
- Aplicar recursos em cotas de fundos de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido, inclusive os Fundos Multimercados;
- Na negociação de títulos públicos, realizar operações denominadas *day trade*;
- Adquirir cotas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite, aval ou coobrigação sob qualquer outra forma ou, adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional;

- Possuir mais de 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido de um mesmo fundo independentemente do segmento (renda fixa/renda variável);
- Alocar mais de 20% (vinte por cento) dos recursos do regime previdenciário, em cotas de um mesmo fundo, exceto quando tratar-se de produtos com *benchmark* IMA ou IDkA formados unicamente por Títulos do Tesouro Nacional;
- Fundos de Renda Fixa - Serão efetuadas aplicações apenas em fundos cujas carteiras contenham, exclusivamente, ativos classificados como de baixo risco de crédito, por agência classificadora de risco em funcionamento no país;
- Adotar outras modalidades expressamente vedadas pela presente Política de Investimentos e na Resolução nº 3.922/10 do Conselho Monetário Nacional;
- Pagar taxa de *performance*, quando o resultado do valor da aplicação for inferior ao seu valor nominal inicial ou ao valor na data da última cobrança.

13.2 Específicas

Nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, ficam **vedadas** as aplicações em fundos que gerem iliquidez à carteira do regime previdenciário com prazo maior do que 90 (noventa) dias, exceto:

- Fundos de Investimentos Imobiliários - FII's - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos, quando o valor a ser investido ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do percentual do segmento (2,5% - dois e meio por cento);
- Fundos de Investimentos Multimercados - FIM - desde que cumpridos todos os requisitos de análise decidindo em conjunto com o Comitê de Investimentos;
- Fundos de Investimentos em Ações - FIA - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos;
- Fundos de Investimentos denominados de Crédito Privado - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos, quando o valor a ser investido ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do percentual do segmento (2,5% - dois e meio por cento). As aplicações em fundos de investimentos denominados de crédito privado, subordinam-se que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

- Fundos de Investimento que tenham como base o rendimento de títulos públicos com vencimento determinado, onde o RPPS obriga-se, mediante assinatura de termo específico, a manter sua aplicação no fundo de investimento até o vencimento do título ou títulos específicos descritos em seu regulamento.

14. SELEÇÃO DE ATIVOS E FUNDOS

A seleção dos produtos é de competência do Gestor de Recursos do RPPS, que ouvirá o Comitê de Investimentos e analisará minimamente os seguintes aspectos:

- Rentabilidade em relação *benchmark*;
- Volatilidade;
- Índices de eficiência;
- Regulamento, evidenciando as características, natureza e enquadramento do produto na Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e análise do relatório de agência de risco (se houver);
- As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, taxa de saída ou outro tipo de cobrança que onerem o RPPS, inclusive prazos de carência para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de análise do Comitê de Investimentos e anuência do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime;
- Os fundos de investimento onde os recursos do Fundo de Previdenciário forem alocados serão avaliados levando em consideração a sua *performance*, risco e composição de sua carteira. O *benchmark* mínimo para o segmento de renda fixa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, enquanto que para o segmento de renda variável é o IBOVESPA. O monitoramento de nível de exposição de risco no segmento de renda fixa será o "Value at Risk" (VaR). Para avaliação do segmento de renda variável será adotada a métrica "Tracking Error", que corresponde à volatilidade da diferença entre o retorno de um ativo e seu *benchmark*.

14.1 Credenciamento das Instituições Financeiras

O credenciamento das Instituições Financeiras e dos veículos de investimentos é requisito prévio para as alocações de recursos do Fundo Previdenciário.

A Niterói Prev adotou, para o credenciamento de instituições e/ou Fundos interessados em operar com recursos do Fundo Previdenciário, o CREDENCIAMENTO ABERTO, nos termos do Edital de Credenciamento nº 1/2017, e suas alterações.

De acordo com o § 3º, art. 3º, da Portaria MPS nº 519, de 24 de novembro de 2011, o Credenciamento, uma vez concedido, terá a validade de 12 meses.

Os credenciamentos concedidos serão divulgados por meio da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município, e nos canais de comunicação usualmente utilizados pela Niterói Prev.

O credenciamento não vincula a Niterói Prev, quanto à escolha da instituição financeira e ou fundo para a aplicação dos recursos do Fundo Previdenciário

14.2 Aberturas das Carteiras, *Rating* dos Ativos.

14.2.1 - Os investimentos em cotas de fundos, independente do segmento, ficam condicionados a prévia análise de carteira de ativos onde seja possível examinar, ao menos, o nome dos ativos, os vencimentos, as taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos bem como seu percentual de distribuição.

14.3 - *Rating* das Instituições

De acordo com § 2º, Artigo 15, da Resolução nº 3.922/2010, os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em carteira administrada ou em cotas de fundos de investimentos geridos por instituição financeira, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada ou reconhecida pela CVM, como:

I - de baixo Risco de Crédito;

II - de Boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

15. DA TRANSPARÊNCIA

O Fundo de Previdenciário da Niterói Prev busca, por meio de sua Política de Investimentos, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para divulgação das informações relativas aos investimentos do regime previdenciário:

15.1 Disponibilizações dos Resultados

• Disponibilizar aos segurados do RPPS a íntegra desta Política de Investimentos, bem como quaisquer alterações que vierem a ser efetuadas em até 30 (trinta) dias após a aprovação, conforme Portaria MPAS nº 519 de 24 de agosto de 2011;

- Disponibilizar aos segurados do RPPS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês, a composição da carteira de investimentos do RPPS;

- Trimestralmente, disponibilizar aos segurados do RPPS, e enviar ao Conselho de Administração da Niterói Prev o relatório de gestão que evidencie detalhadamente a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à **política anual de investimentos** e suas revisões.

15.2 Disponibilização das informações

- Disponibilizar aos segurados do RPPS as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- Disponibilizar aos segurados do RPPS: os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas; as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS; e, relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- Disponibilizar aos segurados do RPPS informações sobre as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2018, consideradas as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes, em face do comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas.

As estratégias macro, definidas nesta política deverão ser **integralmente** executadas pelo Gestor dos Recursos Previdenciários da Niterói Prev, o qual, orientado por critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial.

Serão apresentadas ao Conselho de Administração da Niterói Prev, para avaliação e deliberação, as alterações deste documento.

Os recursos do Fundo Previdenciário serão, **preferencialmente**, aplicados em Instituições Financeiras, que se constituam pessoas jurídicas de direito público interno, ou aquelas em que o Governo Federal tenha participação societária majoritária.

A aplicação de recursos em instituições financeiras que não se enquadrem na condição de **preferenciais**, não pode superar, individualmente ou no conjunto, mais de 10% (dez pontos percentuais) do Patrimônio Líquido do Fundo Previdenciário, utilizado para estabelecer os limites de enquadramento da Resolução nº 3.922/2010.

A Política de Investimentos do RPPS, com vigência para o exercício de 2018, foi aprovada pelo Comitê de Investimentos, em reunião ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017, conforme registro em Ata.

Niterói-RJ, 07 de dezembro de 2017.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Moacir Linhares Soutinho da Cruz
Presidente

Admir Bongarthner
Membro

Manoel Moreira Filho
Membro

Cristiane Mara Rodrigues Marcelino
Membro

Sarita Borges Vianna Rocha
Membro

Marcilio Faria da Costa
Membro

Fabiano Gonçalves
Membro